

A COMPANHA-SE de cerimônias quase imperiais a posse de um presidente na América. Comparecem, geralmente, lustrosas e custosas embaixadas das demais Repúblicas do Continente, a prestar homenagem ao novo, embora temporâneo monarca.

Justifica-se tal prática? A mim parece que não. A sucessão dos presidentes é ato de rotina democrática. Nada mais representa, do que a substituição periódica do mais alto funcionário do Estado. Pode-se dizer, por isto, que não transcende o âmbito da vida interna da nação. Para o estrangeiro, o que há é a presidência da República, que não padece normalmente solução de continuidade na sucessão dos seus titulares.

Diversa é, por certo, a situação na monarquia, ainda na monarquia parlamentar, como à Inglaterra, que nos dá inegavelmente a melhor realização da democracia representativa. O rei é o órgão mais importante do que Bagehot chamou, com acerto, a parte imponente da Constituição. Marca-se a sua investidura com uma cerimônia grandiosa — a coroação — que remonta à idade média. E supõe-se, o que frequentemente se verifica, que a cada reinado corresponde um período histórico. Tudo, pois, justifica que à coroação de um rei, evento de natureza excepcional, compareçam embaixadas especiais das nações amigas.

As Repúblicas latino-americanas, porém têm muito das menos evoluídas monarquias — as simplesmente representativas — e o aparato com que geralmente se acompanha a posse dos presidentes corresponde à coroação de um rei frustrâneo, de um rei que o desejaria ser.

Nada, pois, verdadeiramente justifica as luzidas embaixadas especiais que temos enviado à posse de presidentes americanos, retribuindo aliás as que temos recebido em ocasião análoga; mas, ainda quando justificadas fôsem, a dificultosa situação financeira em que se debate o país autorizaria plenamente que mediante os nossos representantes diplomáticos normais comparecêssemos à coroação presidencial, dando ao país amigo uma demonstração mais modesta, mas não menos sincera da nossa amizade.